



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 085 DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Regulamenta os artigos 182 e 183 da Lei Complementar 3.548/2013 quanto à geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), da Declaração Eletrônica do ISS, em observação à Legislação Nacional e Municipal, bem como em consonância com o artigo 4º, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1.990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC), e dá outras providências.

JOSIAS QUINTAL DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santo Antônio de Pádua, Estado de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO os artigos 182 e 183 da Lei Complementar 3.548/2013, em observação à Legislação Nacional e Municipal, bem como em consonância com o artigo 4º da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1.990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC),

DECRETA:

Art. 1º - Fica, por este decreto, regulamentada a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e a Declaração Eletrônica do ISSQN, doravante denominados ISSQN Eletrônico (ISS-e), de existência exclusivamente digital, que deverá ser gerado, armazenado e apresentado eletronicamente à Administração Tributária por meio do uso da Tecnologia da Informação, tendo como objetivo registrar as operações relativas à prestação e contratação de serviços.

Parágrafo único. A geração da NFS-e e a Declaração Eletrônica do ISS somente se dará através dos serviços informatizados disponibilizados pelo município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro na Internet no endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>, sendo vedada a utilização de outro meio não previsto neste decreto.

TÍTULO I Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

CAPÍTULO 1 Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º - As pessoas físicas e jurídicas, prestadoras de serviços, contribuintes do ISSQN, ainda que optante pelo regime previsto na lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, denominado Simples Nacional, independente da incidência do ISS sobre os serviços executados, inscritas no Cadastro de Contribuintes, do município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, emitirão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), utilizando-se da Tecnologia da Informação.

§ 1º Os contribuintes referidos no *caput* do artigo são aqueles enquadrados nos subitens da lista de serviços, tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), constantes na Lei Complementar nº 3.548/2013.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§ 2º. Os contribuintes que estejam emitindo Nota Fiscal de Prestação de Serviços, em talonários, do tipo fatura ou conjugadas, ainda que de forma eletrônica, de qualquer série, independente da forma do seu preenchimento, em conformidade com a Atividade Econômica de Prestação de Serviços que exerçam, e com a Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviços, passarão a gerar NFS-e em substituição ao método utilizado anteriormente.

§ 3º. A legislação e os manuais poderão ser obtidos através de *Download* no portal do Município na Internet.

Art. 3º - Os contribuintes especificados no artigo 2º, poderão optar pela geração da NFS-e, de forma espontânea, independente da relação de atividades econômicas que exerçam, da receita bruta total auferida com a prestação de serviços e do cronograma para o ingresso previsto no capítulo 5 deste decreto.

CAPÍTULO 2
Dos Contribuintes Dispensados da Obrigação

Art. 4º - Os contribuintes enquadrados nas situações previstas nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, deste artigo, poderão ser dispensados da geração da NFS-e.

§ 1º. Cujo lançamento é efetuado de ofício pela Autoridade Administrativa, na forma da legislação tributária municipal.

§ 2º. Cujos serviços são executados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, do qual não exista grau de hierarquia, mediante remuneração, sem deferi-los a terceiros.

§ 3º. Cujos serviços sejam prestados por sociedades de profissionais com trabalho pessoal do próprio contribuinte, do qual não exista grau de hierarquia.

§ 4º. Que estejam enquadrados em Regime Especial de Tributação na forma da legislação tributária municipal.

§ 5º. A dispensa a que se refere o *caput* não se aplica àqueles que já estiverem emitindo nota fiscal de serviço, devendo ser requerida pelo contribuinte mediante protocolo na Prefeitura, ficando o pedido de dispensa sujeito a análise e posterior decisão da Prefeitura.

CAPÍTULO 3
Dos Demais Contribuintes

Art. 5º - Os contribuintes não obrigados à emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), deverão continuar emitindo os documentos fiscais e os escriturando em conformidade com a legislação tributária municipal.

CAPÍTULO 4
Do Método para o Ingresso

Art. 6º - Para o ingresso na metodologia de geração de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), os contribuintes especificados no Capítulo 1, devem, concomitantemente, exercer a atividade econômica descritas na legislação municipal e/ou auferir receita bruta total com a prestação de serviços.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§ 1º. Os contribuintes não obrigados ou dispensados e que fizerem opção, espontaneamente, pela geração da NFS-e, deverão executar os procedimentos administrativos necessários para o ingresso no novo método, na forma da legislação tributária municipal.

§ 2º. O ingresso na nova metodologia, ainda que por opção do contribuinte, estará sujeita a análise e autorização da Autoridade Administrativa nos termos da legislação tributária municipal.

Seção 1

Da Solicitação de Acesso ao Sistema e dos Documentos Necessários para Análise

Art. 7º - O acesso ao sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), para geração de NFS-e, deve ser requerido mediante o preenchimento da solicitação de acesso ao sistema, disponível na internet, no endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>.

Art. 8º A solicitação prevista na Seção 1 do Capítulo 4, uma vez deferida, será irretroatável.

Parágrafo único. Depois de deferido eletronicamente, os contribuintes especificados no capítulo 1, do título I, iniciarão a geração da NFS-e.

CAPÍTULO 5

Seção 1

Das Funcionalidades Disponíveis aos Prestadores e Tomadores de Serviços

Art. 9º - O sistema de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) contempla duas soluções:

§ 1º A solução *on-line* será disponibilizada no *site* do município, contemplando as seguintes funcionalidades:

I – Geração de nota fiscal de serviço eletrônica, sendo este um processo síncrono;

II – Recepção e processamento de lote de RPS, sendo este um processo assíncrono;

III – Envio de lote de RPS síncrono;

IV – Cancelamento de NFS-e, sendo este um processo síncrono;

V – Substituição de NFS-e, sendo este um processo síncrono;

VI – Emissão da carta de correção, sendo este um processo síncrono;

VII – Cancelamento da carta de correção, sendo este um processo síncrono;

VIII – Consulta de NFS-e por RPS, sendo este um processo síncrono;

IX – Consulta de lote de RPS, sendo este um processo síncrono;

X – Consulta de NFS-e dos serviços executados, contratados ou intermediados, sendo este processo síncrono;

XI – Consulta por faixa de NFS-e, sendo este um processo síncrono;

XII – Consulta de empresas autorizadas a emitir NFS-e, sendo este um processo síncrono;

XIII – Manifesto da NFS-e recebida pelo tomador e/ou intermediário do serviço.

§ 2º - A solução *Web Service* será disponibilizada pelo município e permitirá integrar os sistemas tecnológicos instalados nas dependências dos prestadores e dos tomadores de serviços com a solução citada no § 1º deste artigo.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§ 3º - O acesso à solução citada no § 2º se dará por meio de certificado digital.

Seção 2
Da Geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 10 - A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), pelos contribuintes obrigados, especificados no capítulo 1, é indispensável em qualquer prestação de serviços, sejam para pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, interno ou externo, ainda que não haja incidência do ISS, ressalvados os casos amparados em Lei.

Parágrafo único. A geração a que se refere o *caput* será feita no portal do município ou via *Web Services* disponibilizados na Internet através do endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>.

Art. 11. Os contribuintes obrigados, especificados no capítulo 1 do título I deste decreto, que estiverem enquadrados:

§ 1º - Em um dos incisos deste parágrafo, existindo a prestação de serviço, deverão gerar, no mínimo uma NFS-e por mês com o total da receita bruta, considerando os serviços executados e o subitem correspondente:

- I – 4 - Cooperativas de Plano de Saúde
- II – 6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres;
- III – 27 – Serviços de assistência social;
- IV – 30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química;
- V – 34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres;
- VI – 35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
- VII - outras atividades, desde que expressamente autorizadas por ato do chefe do poder executivo municipal;

§ 2º - Em um dos incisos deste parágrafo, existindo a prestação de serviço, deverão gerar, no mínimo uma NFS-e por dia com o total da receita bruta, considerando os serviços executados e o subitem correspondente, sendo facultativo a observação das regras contidas no artigo 13:

- I - 9 – Motéis
- II – 11 - Estacionamento
- III – 13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia;
- IV – 16 – permissionários de transporte coletivo de passageiros municipal;
- V – 19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres;
- VI – 21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais;
- VII – 22 – Serviços de exploração de rodovia.

VIII - outras atividades, desde que expressamente autorizadas por ato do chefe do poder executivo municipal;

§ 3º - Deverão gerar a NFS-e no primeiro dia útil do mês subsequente ao da execução dos serviços, nos casos previstos no parágrafo 1º deste artigo;



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§ 4º - Deverão indicar como Data do Serviço o último dia do mês que os serviços foram executados, nos casos previstos nos parágrafos 1º deste artigo;

§ 5º - Deverão gerar a NFS-e no dia seguinte ao da execução do serviço, nos casos previstos no parágrafo 2º deste artigo;

§ 6º - Deverão indicar como Data do Serviço a data da execução do serviço, nos casos previstos no parágrafo 2º deste artigo;

§ 7º - As disposições contidas neste artigo não excluem a obrigatoriedade dos contribuintes citados no *caput* de fornecerem NFS-e à aqueles que solicitarem expressamente

;
§ 8º - Os contribuintes não abrangidos neste artigo deverão gerar NFS-e de forma habitual conforme legislação tributária municipal;

§ 9º - As Instituições Financeiras, ora estruturadas e regulamentadas nos termos da Lei Nacional 4.595, de 31 de dezembro de 1964, deverão declarar a movimentação de serviços utilizando o COSIF, segregando cada movimentação na devida conta.

Art. 12. A identificação do tomador dos serviços é obrigatória quando da emissão da NFS-e, salvo as exceções previstas neste decreto, em especial as contidas no art. 11.

Art. 13. A Base de Cálculo do ISSQN somente poderá ser reduzida nas situações previstas na legislação tributária vigente, nestas situações o valor deduzido deverá ser destacado no campo Dedução.

Art. 14. A alíquota do ISSQN é definida pela legislação municipal e pela legislação do Simples Nacional, será permitida a sua alteração quando o ISSQN for devido a outro município e o prestador não for optante pelo Simples Nacional.

Art. 15. A NFS-e deverá ser impressa em via única e entregue ao tomador do serviço, exceto quando a NFS-e, por solicitação do tomador do serviço, for encaminhada por *e-mail*, ainda que a NFS-e tenha sido gerada a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviço (RPS), segundo a legislação de que trata do assunto.

Art. 16. Todos os serviços executados deverão constar na NFS-e, não sendo permitido o agrupamento dos itens e subitens.

Art. 17. Depois de gerada a NFS-e, não será permitida a sua alteração e sim somente o seu cancelamento ou a sua substituição.

Art. 18. Caso o ISSQN seja devido para mais de um município o prestador do serviço deverá emitir uma NFS-e para cada um dos municípios.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

Art. 19. Quando o serviço executado pelo prestador referir-se a serviço de construção civil, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) deverá ser gerada de acordo com a obra.

§ 1º - O contribuinte deve destacar no campo **Descrição**, após discriminar todos os detalhes relativos ao serviço executado, e quando houver, deve destacar também o número da nota fiscal de mercadorias, o CPF/CNPJ e a Inscrição Estadual, do contribuinte que emitiu a referida nota fiscal de mercadoria, e o endereço completo onde será utilizada as mercadorias.

§ 2º - Não será permitido reaproveitar a nota fiscal de mercadoria, ora destacada em uma nota fiscal de serviços emitida, salvo nos casos quando houver comprovação da possibilidade da aplicação dos materiais em mais de uma obra.

CAPÍTULO 6
Da Composição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 20. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) conterá:

I – O brasão do município;

II – Informações do município;

III – Nome da Secretaria responsável;

IV – Número do telefone, o endereço do município na Internet;

V – O termo “Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e)”.

VI – O número do processo quando a exigibilidade do ISSQN estiver suspensa por processo administrativo ou por decisão judicial.

Art. 21. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) não possuirá seriação e sim apenas o tipo de documento “NFS-e”.

Art. 22. Cada um dos contribuintes obrigados, especificados no Capítulo 1 terão a numeração da NFS-e iniciada pelo número 1, exceto nos casos quando for possível dar continuidade na numeração utilizada anteriormente a este decreto.

Parágrafo único. A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema, em ordem numérica crescente e seqüencial, sendo específico para cada contribuinte citado no Capítulo 1.

Art. 23. O documento auxiliar da NFS-e, conforme modelo disponibilizado pelo sistema no ato da sua impressão deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

I – A logomarca e os dados cadastrais do contribuinte;

II – A data da execução do serviço, o número e o código verificador da NFS-e;

III – O brasão do município e seus dados;

IV – A data da geração da NFS-e, a natureza da operação e o município onde o ISS é devido;

V – Os dados cadastrais de quem contrata o serviço:

a) CPF ou CNPJ, inscrição estadual, quando possuir cadastro de contribuinte no estado, e inscrição municipal, quando possuir cadastro de contribuinte no município;



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

- b) nome ou razão social;
- c) nome fantasia, quando for o caso;
- d) endereço completo, bairro e CEP;
- e) cidade;
- f) estado;
- g) telefone.

VI – Intermediário do serviço, quando for o caso;

VII – Identificação do(s) serviço(s) executado(s):

- a) subitem constante na lista de serviços da lei complementar nacional 116/2003 e sua descrição;
- b) descrição dos serviço(s) executado(s);
- c) valor total;
- d) alíquota aplicada sobre a base de cálculo, ainda que o contribuinte seja optante pelo Simples Nacional de acordo com a legislação municipal ou do Simples Nacional;
- e) valor do imposto; e
- f) indicação de retenção na fonte, quando for o caso.

VIII – Base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas;

IX – Base de cálculo e valor do ISS das notas emitidas com retenção na fonte;

X – Valor total do ISS;

XI – Valor das deduções e/ou descontos incondicionados;

XII – Valor total da NFS-e e valor líquido da NFS-e;

XIII – Informações adicionais.

- a) cadastro específico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART) quando o serviço executado referir-se a construção civil.

Parágrafo único. Não será permitido descrever vários serviços numa mesma NFS-e, salvo quando se tratar do mesmo subitem.

Seção 1

Da Impressão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica no Estabelecimento do Prestador de Serviço

Art. 24. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser impressa pelo sistema de gestão instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, a partir do arquivo *XML (Extensible Markup Language)* gerado após emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) pelo sistema NFS-e disponibilizado pela Prefeitura, devendo o prestador:

§ 1º - Utilizar, na íntegra, o modelo da NFS-e vigente disponível no sistema NFS-e instalado nas dependências da Prefeitura, sendo opcional o uso do código de barras.

§ 2º - Imprimir todas as informações contidas no arquivo *XML* nos espaços reservados, conforme modelo citado no § 1º, deste artigo, principalmente o número da NFS-e, o código verificador gerado pelo sistema NFS-e da Prefeitura e as demais informações.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§ 3º - Solicitar à Prefeitura aprovação do modelo ora desenvolvido no sistema de gestão, instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, mediante processo administrativo, aguardando deferimento da Prefeitura para utilizar o modelo.

§ 4º - Atualizar periodicamente o modelo ora utilizado no sistema de gestão, instalado nas dependências do estabelecimento do prestador, em consonância com o modelo disponibilizado pelo sistema NFS-e da Prefeitura, e neste caso, submeter a nova aprovação desta, conforme §3º, deste artigo.

§ 5º - Imprimir ao final do documento, no espaço destinado ao prestador e no espaço destinado ao tomador, a expressão "DOCUMENTO IMPRESSO PELO SISTEMA DE GESTÃO INSTALADO NAS DEPENDÊNCIAS DO ESTABELECIMENTO DO PRESTADOR".

CAPÍTULO 7

Do Cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 25. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser cancelada pelo emitente no prazo de 1 (um dia), e após expirado esse prazo, somente por solicitação fundamentada em processo administrativo.

Parágrafo único. No processo administrativo, citado no *caput* deste artigo, deverá constar sob pena de indeferimento:

- I – indicação do número da NFS-e a ser cancelada;
- II – justificativa clara e objetiva do motivo do cancelamento.

Art. 26. No pedido do cancelamento da NFS-e ou da NFS-e Avulsa, o prestador deverá providenciar o manifesto do tomador e/ou do intermediário, nos termos do capítulo 13, o qual deverá ser registrado no sistema NFS-e.

CAPÍTULO 8

Da Substituição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 27. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) poderá ser substituída pelo emitente em até 5 (cinco) dias contados da data de emissão.

Parágrafo único. Após o período citado no *caput* do artigo, a NFS-e somente poderá ser substituída por solicitação fundamentada em processo administrativo.

Art. 28. Quando se tratar de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) substitutiva, deverá constar o número da NFS-e substituída.

CAPÍTULO 9

Do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 29. No caso de eventual impedimento da geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), pelos contribuintes obrigados, especificados no capítulo 1, este deverá emitir, em caráter provisório, um Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS), conforme modelo descrito no



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

anexo I deste decreto, que deverá ser substituído pela geração de uma NFS-e, no prazo de 05 (cinco dias) estabelecido pelo decreto 153/2013.

Art. 30. O RPS deverá conter as seguintes informações:

- I** – número, data da emissão do RPS e data do serviço;
- II** – natureza da operação;
- III** – dados cadastrais e endereço completo do prestador do serviço;
- IV** – dados cadastrais e endereço completo do tomador do serviço;
- V** – estado e município onde o serviço foi executado;
- VI** – subitem da lista de serviços, na forma da legislação, descrição do serviço executado, preço unitário, valor total valor da dedução, valor do desconto incondicionado e indicação de retenção na fonte do ISS;
- VII** – destaque dos valores do PIS, da COFINS, da contribuição do INSS, do imposto de renda, da CSLL, outras retenções não especificadas e desconto condicionado;
- VIII** – cadastro específico do INSS (CEI) e anotação de responsabilidade técnica (ART), quando for o caso;

Art. 31. O RPS seguirá o modelo descrito no Anexo I e deverá ser previamente autorizado pela Administração Tributária, mediante solicitação do contribuinte em processo administrativo.

§1º - O documento previsto no caput será impresso tipograficamente, em modelo de talonário ou formulário contínuo, devendo ser preenchido manualmente ou pelo sistema de gestão administrativa, instalado nas dependências do prestador, ambos conterão todas as informações necessárias à conversão do documento em NFS-e, devendo ser emitido em 2 vias, sendo a 1ª via destinada ao tomador dos serviços e a 2ª via arquivada pelo contribuinte e ficará à disposição da Administração Tributária.

§2º - Deverão ser impressas tipograficamente as informações do prestador do serviço e o número do recibo de acordo com a seqüência autorizada pela Administração Tributária.

§3º - É facultativa a impressão do RPS, aos prestadores que optarem pelo envio dos dados necessários à geração da NFS-e ao sistema da NFS-e através de arquivo XML (*Extensible Markup Language*) por intermédio do Portal do município na Internet ou *WEB SERVICE*, desde que o envio dos dados em arquivo XML respeite o prazo previsto no artigo 36.

§4º - Na hipótese do §3º, do artigo 33, deverá constar o número do RPS no arquivo XML, em conformidade com a sequência autorizada pela Administração Tributária em processo administrativo.

Art. 32. O RPS deve ser emitido com a data efetiva da prestação dos serviços.

CAPÍTULO 10

Da Geração da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 33. A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) a partir do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS).



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§1º - Dar-se-á mediante a geração da NFS-e na Internet, no endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>, indicando ao sistema de NFS-e o número e a série do RPS, e os demais dados necessários à geração da NFS-e;

§2º - Dar-se-á, alternativamente, com o envio de arquivo contendo lotes de RPS à NFS-e, disponível na Internet, no endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>;

§3º - Cada RPS gerará uma NFS-e.

Art. 34. O prazo para a substituição do RPS por NFS-e dar-se-á em até 5 (cinco) dias contados da data da prestação do serviço, não podendo ultrapassar o dia do vencimento do imposto no mês subsequente ao da sua prestação.

Seção 1

Do Envio de Lotes de Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 35. O envio de lotes do Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) será feito no portal do município ou via *Web Services* disponibilizados na Internet.

Art. 36. O arquivo contendo lotes de RPS, estará no padrão XML (*Extensible Markup Language*) e o leiaute será especificado pela Administração Tributária mediante a expedição de decreto.

§1º - O arquivo a que se refere o *caput* do artigo conterá um ou mais RPS.

§2º - A numeração do lote é de responsabilidade do prestador do serviço, devendo ser única e distinta para cada um dos lotes.

Art. 37. Após o envio do arquivo contendo lotes de RPS, o sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) gerará um número de protocolo e colocará o lote em fila de processamento, processando as informações em momento oportuno, e depois de processado, gerará um resultado que estará disponível ao contribuinte em consulta específica.

§1º - Os lotes também poderão ser enviados utilizando-se o serviço de *Enviar Lote de RPS Síncrono*, neste caso o retorno se dará no mesmo momento.

§2º - O resultado a que se refere o *caput* poderá ser uma NFS-e correspondente ou a lista de erros encontrados no lote.

§3º - Um único erro provocará a rejeição de todo o lote. O prestador do serviço deverá providenciar a correção do lote e fazer o envio do lote do RPS novamente, aguardando um novo processamento.

Art. 38. Um RPS convertido em NFS-e não poderá ser reenviado, o reenvio será considerado informação errada e provocará a rejeição do lote, conforme §2º do artigo 39.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

Subseção 1
Do Cancelamento de Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Art. 39. Um Recibo Provisório de Prestação de Serviços (RPS) poderá ser enviado com o *status* cancelado e gerará uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) cancelada.

§1º - Havendo a necessidade de cancelar um RPS já convertido em NFS-e, deverá ser enviado o RPS com o *status* de cancelado.

§2º - O sistema da NFS-e cancelará automaticamente a NFS-e correspondente ao RPS cancelado de acordo com os prazos já estabelecidos para cancelamento de NFS-e.

Art. 40. Expirados os prazos e havendo necessidade de se cancelar um Recibo Provisório de Serviços (RPS), o prestador deverá emitir a respectiva NFS-e e solicitar, mediante processo administrativo, o seu cancelamento.

CAPÍTULO 11
Da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica Avulsa (NFS-e Avulsa)

Seção 1
Dos Contribuintes

Art. 41. A NFS-e Avulsa destina-se a todos os prestadores de serviços, pessoa física ou jurídica, estabelecidos ou não no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, que não possuem nenhum tipo de autorização para emissão de nota fiscal de serviço neste município.

Seção 2
Da Solicitação de Acesso ao Sistema e dos Documentos Necessários para Análise

Art. 42. O acesso ao sistema NFS-e, para geração de NFS-e Avulsa, deve ser requerida mediante o preenchimento da solicitação de acesso ao sistema, disponível na internet, no endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>.

Art. 43. Após o preenchimento, a solicitação de acesso deve ser impressa e anexado os seguintes documentos:

- I** – cópia do contrato social atualizado, quando for o caso;
- II** – cópia do cartão CNPJ atualizado, quando for o caso;
- III** – cópia da inscrição estadual atualizada, quando for o caso;
- IV** – cópia da inscrição municipal atualizada, quando o prestador for estabelecido em outro município;
- V** – cópia do comprovante de endereço do estabelecimento;
- VI** – cópia de declaração da receita bruta total com a prestação de serviço, dos últimos 12 meses anteriores ao mês da solicitação de acesso citada no *caput* deste artigo, destacados mês a mês;
- VII** – consulta impressa quanto a opção ao Simples Nacional;
- VIII** – Carteira ou registro dos órgãos de classe, se for o caso.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§1º - Os documentos citados nos incisos de I a VIII, deste artigo, poderão ser enviados eletronicamente através do sistema NFS-e, ou entregue na Prefeitura, pessoalmente pelo próprio contribuinte, em cópias simples, acompanhados do documento original.

§2º - A solicitação de acesso, prevista no artigo 43, deverá ser protocolada na Prefeitura.

§3º - Após protocolado, a autoridade administrativa, no prazo de até 10 (dez) dias, analisará a solicitação e os documentos constantes nos incisos deste artigo, fazendo o deferimento ou indeferimento da solicitação, conforme o caso.

Art. 44. A solicitação prevista no artigo 43, uma vez deferida, será irrevogável.

Parágrafo único. A solicitação de acesso ao sistema NFS-e, para geração de NFS-e Avulsa, é um processo único, e uma vez autorizado, o acesso ao sistema NFS-e será ilimitado, salvo nos casos onde houver situações que contrariem a legislação.

Seção 3

Do Requerimento da NFS-e Avulsa e da Guia de Recolhimento para Pagamento

Art. 45. O requerimento da NFS-e Avulsa, somente poderá ser feito após o deferimento da solicitação de acesso ao sistema NFS-e, citado na seção 2 deste capítulo.

Art. 46. A NFS-e Avulsa será gerada a partir do requerimento feito pelo prestador do serviço, e em cada um dos requerimentos, o prestador do serviço deverá informar os seguintes dados:

- I** – Data da prestação do serviço;
- II** – Local da prestação do serviço;
- III** – Exigibilidade do ISSQN;
- IV** – Item da lista de serviços constante na Lei Complementar Nacional 116/2003;
- V** – Item da lista de serviços constante na Lei Tributária Municipal;
- VI** – Tomador do serviço;
- VII** – Valor total do serviço sem nenhuma dedução;
- VIII** – Descrição livre;
- IX** – Código do item de serviço, descrição do serviço, quantidade, preço unitário do serviço sem nenhuma dedução e valor total do item sem nenhuma dedução;
- X** - Valores retidos na fonte relativos aos tributos federais;
- XI** – Valores a serem deduzidos da base de cálculo do ISSQN nos termos da Legislação Municipal;
- XII** – Valor dos descontos incondicionados e condicionados, quando houver.

§1º - Em relação aos dados a serem informados pelo prestador do serviço, citados no *caput* do artigo 46, o prestador deverá observar as situações previstas nas alíneas a seguir:

- a) A data do serviço, citada no inciso I deste artigo, poderá retroagir em até 30 dias, levando em consideração a data em que o serviço foi executado;
- b) Quando a exigibilidade, citado no inciso III deste artigo, for suspensão de exigência, deverá ser informado também o número do processo administrativo ou judicial;



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

- c) A opção de não incidência, suportada no item exigibilidade, citado no inciso III deste artigo, somente será permitido para os itens da lista, anexa à Lei Complementar Nacional 116/2003, marcados como vetados;
- d) Quando o tomador do serviço, citados no inciso VI deste artigo, não estiver cadastrado na base de dados do município, o prestador do serviço poderá fazer a inclusão do tomador do serviço na base de dados de NFS-e Avulsa e utilizar o cadastro sempre que necessário, podendo inclusive alterar os dados quando houver necessidade;
- e) Em relação aos itens da NFS-e Avulsa, citados no inciso IX deste artigo, o prestador do serviço, poderá cadastrar os itens de serviços que lhe são pertinentes e fazer a manutenção sempre que necessário, ficando o cadastro de itens sob sua responsabilidade;
- f) Os valores retidos na fonte, citados no inciso X deste artigo, reduzirá o valor líquido da NFS-e Avulsa, e não irá alterar o valor da base de cálculo do ISSQN.
- g) Os prestadores de serviços, citados no artigo 42, que forem optantes pelo sistema Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 atualizada e suas regulamentações, deverão observar os preceitos jurídicos no ato da determinação da alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo, para fins de cálculo do ISSQN.

Art. 47. Depois de informados os dados, citados no artigo 46, o sistema irá apurar o valor do ISSQN, adicionar outros valores ao valor do ISSQN, que porventura podem estar previstos na Legislação Municipal, apresentar o resumo da NFS-e Avulsa, permitir a impressão do protocolo do requerimento e gerar a guia de recolhimento com o valor total a pagar pelo prestador do serviço.

§1º - Os prestadores de serviços, citados artigo 42, que forem optantes pelo sistema Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 atualizada e suas regulamentações, deverão observar os preceitos jurídicos no ato da determinação da alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo, para fins de cálculo do ISSQN.

§2º - A não observação dos preceitos citados no §1º, do artigo 42, será considerado infração à Lei e serão aplicadas as sanções administrativas que lhe são cabíveis, conforme mencionado no Título IV deste decreto.

§3º - O protocolo do requerimento, citado no *caput* deste artigo, poderá ser acompanhado em consulta específica disponível no sistema NFS-e.

Art. 48. A data de vencimento da guia de recolhimento, citada no artigo 47, se dará nos termos do calendário Fiscal vigente, dia 20 do mês subsequente a data da prestação do serviço.

Art. 49. O requerimento poderá ser alterado, anulado ou cancelado.

§1º - A alteração do requerimento somente poderá ser feita antes da emissão da guia de recolhimento.

§2º - A anulação do requerimento somente poderá ser feita após a emissão da guia de recolhimento.

§3º - O cancelamento do requerimento somente poderá ser feito quando a guia de recolhimento não for paga no vencimento.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

Art. 50. Cada requerimento irá gerar uma NFS-e Avulsa.

Seção 4
Da Geração da NFS-e Avulsa pelo Sistema

Art. 51. A NFS-e Avulsa será gerada automaticamente, após o registro do pagamento integral da guia de recolhimento no sistema de Administração de Receitas atualmente em uso pelo município.

§1º - A Administração Tributária poderá, conforme o caso, autorizar a geração da NFS-e Avulsa, a partir do requerimento solicitado previamente, conforme citado na seção 3 deste capítulo, considerando a decisão definitiva em processo administrativo ou em processo judicial, os quais possibilitem a geração da NFS-e Avulsa.

§2º - O modelo oficial do formulário da NFS-e Avulsa é aquele que é impresso pelo próprio sistema, instalado nas dependências do município Santo Antônio de Pádua, Estado Rio de Janeiro.

Art. 52. Quando o prestador do serviço e/ou o tomador do serviço forem estabelecidos no município de Santo Antônio de Pádua, Estado de Rio de Janeiro, a NFS-e Avulsa será enviada automaticamente para o sistema de Declaração Eletrônica do ISSQN (DEISS).

Parágrafo único. No caso, citado no *caput* do artigo 52, o prestador do serviço e/ou o tomador do serviço deverão observar todas as regras constantes neste decreto, em relação a Declaração Eletrônica do ISSQN (DEISS), que estão descritas no Título II.

Seção 5
Do Cancelamento da NFS-e Avulsa

Art. 53. A NFS-e Avulsa poderá ser cancelada observando os termos contidos no capítulo 8 deste decreto.

Seção 6
Da Substituição da NFS-e Avulsa

Art. 54. Não será permitida a substituição da NFS-e Avulsa.

Parágrafo único. Havendo necessidade de substituir uma NFS-e Avulsa, o contribuinte deverá cancelar a referida NFS-e Avulsa e uma nova NFS-e Avulsa deverá ser emitida ou quando for possível, uma Carta de Correção Eletrônica poderá ser emitida, nos termos do capítulo 13.

CAPÍTULO 12
Da Carta de Correção (CC-e)

Seção 1
Da Emissão da Carta de Correção

Art. 55. A Carta de Correção (CC-e) destina-se a regularização de um erro gerado após a geração e emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§1º - Na emissão da CC-e não poderá ser alterado:

I – A data da prestação do serviço, a base de cálculo, a alíquota, o preço, a quantidade, o valor da operação ou da prestação, o valor da dedução e do desconto, o local de incidência do ISSQN, informações estas que influenciam na apuração do valor do ISSQN devido ao município;

II – A informação relacionada com a exigibilidade do ISSQN;

III – O polo passivo da obrigação principal;

IV – Os dados cadastrais que impliquem na mudança do remetente ou do destinatário;

V – O número e a data de emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa;

VI – O código do serviço previstos na Lei Complementar Nacional 116/2003 e na Legislação Tributária Municipal.

§2º - A CC-e poderá ser emitida até 10 (dez) dias contados da data de emissão da NFS-e ou da NFS-e Avulsa.

§3º - Após o prazo previsto no §2º deste artigo, o prestador deverá solicitar autorização para emissão da CC-e em processo administrativo, o qual passará por análise, podendo o pedido ser indeferido conforme o caso.

§4º - Havendo a necessidade de emitir mais de uma CC-e, o prestador de serviço, deverá consolidar todas as retificações feitas anteriormente em única CC-e.

Seção 2

Do Cancelamento da Carta de Correção (CC-e)

Art. 56. A Carta de Correção (CC-e) poderá ser cancelada pelo emitente em até 10 (dez) dias contados da data da sua emissão.

Parágrafo único. Após o período citado no *caput* do artigo, a CC-e somente poderá ser cancelada mediante solicitação em processo administrativo, o qual será analisado e indeferido conforme o caso.

CAPÍTULO 13

Do Manifesto pelo Tomador e/ou Intermediário do Serviço

Art. 57. O tomador e/ou o intermediário do serviço poderão se manifestar acerca da NFS-e e/ou da NFS-e Avulsa recebida.

Parágrafo único. A manifestação a que se refere o *caput* abrangerá as seguintes situações:

I – Ciência do serviço executado pelo prestador do serviço;

II – Confirmação do serviço executado pelo prestador do serviço;

III – Confirmação do serviço, porém com dados incorretos, onde serão informados quais os campos cadastrais precisam ser corrigidos;

IV – Serviço não realizado pelo prestador do serviço;

V – Desconhecimento do serviço.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

Art. 58. A manifestação, citada no *caput* do artigo 58, poderá ser feita em até 10 (dez dias) contados da data da prestação do serviço/data da emissão da NFS-e ou NFS-e Avulsa.

Parágrafo único. Após o prazo citado no artigo 58, presume-se que o serviço foi executado pelo prestador do serviço nos termos ajustados entre as partes.

CAPÍTULO 14
Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

Art. 59. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) referente a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) emitida, deverá ser feito exclusivamente pela guia de recolhimento gerada através do sistema de declaração eletrônica do ISSQN, na forma deste decreto, disponível na Internet, no endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>

Art. 60. O valor do ISSQN devido é definido de acordo com:

§1º - A exigibilidade do ISSQN;

§2º - O código do município da incidência do imposto;

§3º - A opção pelo Simples Nacional;

§4º - O regime especial de tributação previsto no art. 184 da Lei 3.548, de 29 de dezembro de 2013;

§5º - A retenção na fonte;

§6º - Nos casos previstos nos §§ 1º ao 5º o valor do ISSQN será sempre calculado exceto nos casos:

I – Quando o ISSQN for exigível e a incidência do imposto for a favor do município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro e o regime especial de tributação for micro empresa municipal ou estimativa ou sociedade de profissionais;

II – Quando o ISSQN for exigível e o município da incidência for diferente do município gerador do documento (tributação fora do município), neste caso a alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo deverá ser aquela constante na lei do município da incidência, devendo a alíquota ser informada pelo contribuinte;

III – Quando a exigibilidade do ISSQN for imunidade ou isenção ou exportação de serviço, nestes casos a alíquota ficará zerada;

IV – Quando o ISSQN não for exigível;

V – Quando o prestador do serviço for optante pelo Simples Nacional é o ISSQN não for passivo de retenção na fonte.

CAPÍTULO 15
Da Escrituração Fiscal da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica

Art. 61. As Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NFS-e), geradas pelo sistema NFS-e, disponível em <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>, serão enviadas ao sistema de Declaração Eletrônica do ISS automaticamente, devendo o prestador, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário, conforme o caso, complementar a declaração com os demais documentos emitidos e/ou recebidos, fazer o fechamento do movimento, emissão da guia de recolhimento e efetuar o pagamento do imposto nos termos da legislação.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO 16
Das Disposições Finais

Art. 62. As notas fiscais convencionais confeccionadas e não emitidas até o deferimento da autorização para geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), deverão ser apresentadas à Administração Tributária para serem canceladas e/ou inutilizadas.

Parágrafo único. Aos contribuintes do ICMS e ISSQN fica vedado o uso de notas fiscais conjugadas a partir da data da obrigatoriedade para geração da NFS-e, previsto no artigo 10, devendo nestes casos, procederem com a emissão de dois documentos distintos.

Art. 63. O sistema NFS-e, instalado na Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, prevê duas formas de segurança de acesso que podem ser individuais ou complementares.

§1º - Acesso por meio de *LOGIN* e senha para acesso ao sistema NFS-e via *Site*.

§2º - Acesso por certificado digital para acesso ao sistema NFS-e via *Site* ou *WEB SERVICE*.

§3º - O certificado digital também será exigido na integração entre os sistemas instalados nas dependências do contribuinte e o *WEB SERVICE* e será exigido para assinatura e transmissão das mensagens.

TÍTULO II
Da Declaração Eletrônica do ISSQN

Art. 64. A Declaração Eletrônica do ISSQN, destina-se à escrituração mensal de todos os serviços prestados e contratados, previstos na legislação tributária municipal, acobertados ou não por documentos fiscais e sujeitos a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN ou não, devido ou não ao município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A Declaração Eletrônica do ISSQN, nos termos deste decreto, importa em reconhecimento do débito pelo contribuinte e/ou responsável tributário, nos termos da Legislação Tributária Nacional e Municipal.

CAPÍTULO 1
Dos Obrigados à Declaração

Art. 65. O Contribuinte, o tomador, o intermediário de serviço e o responsável tributário, ainda que não sujeitos a inscrição no cadastro de contribuintes, ainda que optante pelo regime previsto na lei complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, denominado Simples Nacional, deverá registrar mensalmente, todas as informações referentes aos serviços prestados e/ou contratados, havendo incidência do ISSQN ou não, de acordo com o período de competência.

§1º - Incluem-se nesta obrigação:

I – As pessoas jurídicas de direito público, interno e externo, e de direito privado nos termos da Lei 10.406, de 2002 (Código Civil);



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

- II – Os contribuintes, prestadores de serviços, enquadrados na modalidade de lançamento por homologação, por estimativa, de ofício e os arbitrados em processo administrativo;
- III – Os responsáveis tributários e os tomadores de serviços;
- IV – Os enquadrados na tabela de natureza jurídica prevista no anexo II deste decreto.

§2º - O disposto no caput deste artigo será facultativo aos contribuintes pessoa física e ao Microempreendedor Individual.

§3º - As hipóteses de isenções, imunidades e outros benefícios fiscais, bem como a inclusão do prestador, do tomador, do intermediário ou do responsável tributário em regime especial previsto na legislação federal, estadual ou municipal, não excluem a obrigatoriedade de preenchimento e envio da declaração prevista no caput deste artigo.

§4º - Ficam excluídas da retenção na fonte:

- I – O valor do ISSQN cujo serviço seja prestado por profissional autônomo, sob a forma de trabalho pessoal, do qual não exista grau de hierarquia, que comprove a inscrição no cadastro de contribuintes de qualquer município, quando o regime de recolhimento do ISSQN seja fixo anual;
- II – O valor do ISSQN dos prestadores estabelecidos fora do município de Santo Antônio de Pádua cujo valor seja devido no domicílio deste prestador do serviço;
- III – O valor do ISSQN dos prestadores estabelecidos no município de Santo Antônio de Pádua quando o regime de recolhimento do ISSQN seja por estimativa.
- IV – Os Microempreendedores Individuais (MEI).
- V – O Valor do ISSQN apurado nas Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas Avulsas (NFS-e Avulsa).

CAPÍTULO 2

Do Acesso ao Sistema de Declaração Eletrônica

Art. 66. Os contabilistas e/ou as pessoas citadas no capítulo 1 do título II, farão a solicitação de cadastro, na Internet, endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>

§1º - A Administração Tributária irá analisar a solicitação de cadastro, citada no artigo 67, aprovando a solicitação conforme o caso;

§2º - A aprovação gerará uma “chave de acesso” ao sistema de Declaração Eletrônica, a qual será encaminhada ao solicitante via e-mail;

§3º - No primeiro acesso ao sistema de Declaração Eletrônica o solicitante deverá definir a sua senha de acesso, ficando responsável pela mesma;

§4º - No caso de não aprovação do cadastro, o solicitante irá receber um e-mail comunicando a sua não aprovação, bem como, as providências para sua regularização.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO 3

Da Declaração Eletrônica e do Pagamento do Imposto sobre Serviços

Art. 67. A Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN e o seu pagamento, contra recibo, deverão ocorrer, até o dia 20 dia do mês subsequente à ocorrência do fato gerador, observado o vencimento da obrigação principal, previstos na Lei 3.548/2013 e no Calendário Fiscal vigente.

§1º - O contribuinte, o tomador, o intermediário ou o responsável tributário deverão preencher e enviar a Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN individualmente por inscrição municipal.

§2º - Os contribuintes, tomadores, intermediários e os responsáveis tributários que não executarem e/ou contratarem serviços deverão informar “SEM MOVIMENTO” na Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN.

§3º - O vencimento do ISSQN apurado nas NFS-e Avulsas, será aquele constante no artigo 49.

Art. 68. A declaração, depois de encaminhada à Administração Tributária, poderá sofrer retificações, antes da inscrição em dívida ativa ou qualquer medida fiscalizatória, relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

§1º - As guias de recolhimentos geradas após a data do vencimento do ISSQN, mesmo as decorrentes de declaração retificadoras, terão data limite de pagamento especificado pelo próprio contribuinte, tomador ou responsável tributário, limitando-se ao mês da sua emissão e será calculado sobre o valor do ISSQN devido, atualização monetária, juros de mora e multa de mora, conforme legislação municipal.

§2º - Estando o crédito tributário inscrito em dívida ativa ou em processo administrativo de fiscalização, a declaração não poderá ser retificada.

§3º - Havendo a necessidade de retificar a declaração, cujo crédito tributário esteja inscrito em dívida ativa, o contribuinte ou o Responsável Tributário deverá efetuar o pagamento do valor devido, e após o registro do pagamento no sistema de Administração de Receitas, efetuar a retificação necessária.

CAPÍTULO 4

Da Declaração Eletrônica das Instituições Financeiras

Art. 69. A Declaração é obrigação acessória composta por dados contábeis-fiscais necessários à apuração do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) das Instituições Financeiras e Assemelhadas, conforme legislação municipal.

Art. 70 - A declaração eletrônica do ISSQN das Instituições Financeiras, ora estruturada e regulamentada nos termos da Lei Nacional 4595, de 31 de dezembro de 1964, é composta pela:

I – Declaração de todos os serviços prestados, em conformidade com a tabela de serviços bancários, nos termos definidos pelo Banco Central do Brasil, e os itens e subitens constantes no Anexo I da Lei Complementar Municipal 3.548/2013;

II – Declaração de todos os serviços contratados, independentemente da exigibilidade do ISSQN, da obrigatoriedade de retenção na fonte e da condição do sujeito passivo e tomador do serviço perante o Fisco.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO 5
Do Sistema de Declaração Eletrônica do ISSQN

Art. 71. O sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, será disponibilizado no endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br> e conterá, dentre outras, as seguintes funcionalidades:

I – Declaração da receita bruta total (RBT) nos termos da Lei Complementar Nacional 123/2006 e resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN);

II – Escrituração de todos os serviços prestados e contratados pelos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários previstos na legislação municipal, ainda que optantes pelo Simples Nacional;

III – Sistema de transmissão da Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN via Internet;

IV – Emissão de relatório analítico e sintético para conferência das notas fiscais emitidas e recebidas escrituradas;

V – Entrega da Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN e emissão do comprovante de entrega;

VI – Emissão do comprovante de retenção na fonte do ISSQN;

VII – Emissão da guia de recolhimento do ISSQN próprio e/ou do ISSQN retido na fonte, com código de barras, utilizando o padrão FEBRABAN ou outro padrão estabelecido através de convênio de recebimento de tributos do município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro com órgãos arrecadadores;

Parágrafo único. As guias de recolhimentos do ISSQN deverão ser geradas e obtidas pelos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários somente por meio do sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, denominado ISS Eletrônico, disponível do *site* do município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, exceto nos casos das guias de recolhimento geradas a partir da emissão da NFS-e Avulsa, que poderão ser geradas também no sistema NFS-e.

Art. 72. Os documentos fiscais confeccionados em formulários contínuos e emitidos pelo uso da Tecnologia da Informação, deverão ser informados e identificados na Declaração Eletrônica do Movimento Econômico do ISSQN pelo número de ordem do documento gerado e impresso ao invés do número do controle do formulário.

Art. 73. Os responsáveis pela retenção na fonte e recolhimento do ISSQN ficam obrigados a fornecer ao prestador do serviço o documento comprobatório do valor do imposto retido, gerado pelo sistema de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, disponível no *site* <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>.

Art. 74. A declaração eletrônica deverá conter:

I – Os dados cadastrais do prestador, tomador, intermediário e do responsável tributário, ainda que fornecido pelo sistema de Administração Tributária utilizado pelo município;

II – O registro dos documentos, emitidos e recebidos, independente da incidência do ISS, da quantidade de informações, serialização e situação em que encontra-se;



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

- a) notas fiscais de serviços;
- b) notas fiscais-fatura de serviços;
- c) cupons fiscais;
- d) plano de contas;
- e) recibos;
- f) demais documentos que possam identificar a prestação e/ou contratação do serviço;

III – A identificação do tomador, intermediário ou responsável tributário, conforme artigo 13 deste decreto;

IV – O valor total da nota fiscal;

V – O dia da emissão da nota fiscal;

VI – O registro de dedução da base de cálculo devidamente autorizadas pela legislação;

VII – O registro do subitem constante na lista de serviços;

VIII – O registro do ISS devido pelos contribuintes;

IX – O registro do ISS devido pelos responsáveis tributários, nas hipóteses previstas na legislação.

CAPÍTULO 6

Da Declaração e dos Procedimentos Obrigatórios

Art. 75. A declaração deve ser entregue mensalmente.

§1º Deverá ser destacado na nota fiscal os tomadores, especificados no artigo 14 deste decreto, a base de cálculo, a alíquota e o valor do ISSQN;

§2º - O livro de registro de prestação e contratação de serviços, conforme modelo disponibilizado pelo programa de informatização e escrituração eletrônica do ISSQN, denominado ISS Eletrônico, estará disponível no *site* do município na internet;

§3º - O livro previsto no parágrafo 2º deste artigo, deverá ser impresso, encadernado em único volume, encerrado o exercício fiscal, e arquivado pelo período de 5 (cinco) anos, devidamente assinado pelo responsável, ou armazenados eletronicamente, devendo utilizar o formato *Portable Document Format* (PDF).

CAPÍTULO 7

Da Declaração Eletrônica Mensal

Art. 76. As pessoas citadas no capítulo 1 do título II, deverão entregar a Declaração Eletrônica, mensalmente, considerando o mês da execução do serviço, até o dia 10 do mês subsequente, e o vencimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) acompanhará o Calendário Fiscal vigente, em consonância com a legislação tributária municipal.

Parágrafo único. Considera-se cumprida a obrigação tributária, citada no título II deste decreto, a execução na íntegra de todos os procedimentos citados, inclusive o pagamento do ISSQN através da guia de recolhimento disponibilizada pelos sistemas NFS-e e DEISS, nos prazos e condições



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

determinados em legislação, podendo a Administração Tributária inscrever em dívida ativa e/ou instaurar processo administrativo fiscalizatório para averiguação dos registros e fatos declarados pelas pessoas citadas no capítulo 1 do título II.

CAPÍTULO 8
Das Disposições Finais

Art. 77. Havendo valores pagos indevidamente ou valores pagos a maior, relativo ao ISSQN, em competências vencidas, o contribuinte ou o responsável tributário deverá ingressar com o pedido de restituição ou compensação, via processo administrativo, nos termos da Lei Complementar 3.548/2013, anexando ao pedido todos os documentos necessários que comprovem os valores pagos indevidamente ou valores pagos a maior.

Parágrafo único. A Prefeitura analisará o processo administrativo, podendo deferir ou indeferir, total ou parcial, o pedido feito pelo contribuinte ou responsável tributário.

TÍTULO III
Da Responsabilidade Tributária

Art. 78. Aplica-se a responsabilidade tributária por substituição no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nas relações jurídicas entre Prestador, Intermediário e Tomador de serviços, especificamente nos casos onde o ISSQN é apurado aplicando-se uma alíquota variável sobre a base de cálculo, cujo ISSQN seja devido ao município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Utiliza-se a responsabilidade supletiva, conforme previsto no capítulo V do título II da lei 5172, de 1966, salvo nos casos onde a legislação nacional e a municipal definem exceções sobre este assunto.

Art. 79. As pessoas citadas no *caput* do artigo 79 tem o seguinte papel na relação jurídica:

I – O prestador do serviço é a pessoa ou empresa jurídica que presta o serviço nos termos da legislação tributária nacional ou municipal, ainda que optante pelo Simples Nacional previsto na Lei Complementar Nacional 123, de 2006;

II – O tomador do serviço é a pessoa jurídica que contrata o serviço do prestador;

III – O intermediário do serviço é a pessoa jurídica que tem relação contratual entre o prestador e o tomador do serviço.

IV – As pessoas não mencionadas nos incisos I, II e III não serão consideradas na relação jurídica para fins de aplicação dos preceitos citados no artigo 79, exceto as pessoas e casos previstos no capítulo V do título II da lei 5172, de 1966.

Art. 80. As pessoas citadas nos incisos II e III do artigo 80, devem reter o ISSQN após concretizado o fato gerador da obrigação tributária, considerando a base de cálculo e a alíquota, da pessoa citada no inciso I do artigo 80, ficando este obrigado ao recolhimento integral do valor retido na fonte para a Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, incluindo sobre este valor a atualização monetária, o valor dos juros de mora e o valor da multa de mora, quando for o caso.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§1º. O recolhimento do valor aos cofres públicos, citado no *caput* deste artigo, deverá se dar no vencimento da obrigação tributária principal conforme descrito na legislação tributária do município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro.

§2º. Quando as pessoas citadas nos incisos II e III do artigo 80 não forem estabelecidas no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, o ISSQN deverá ser recolhido diretamente à Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, pelo prestador do serviço, nos termos da Lei Complementar Municipal 3.548/2013.

Art. 81. A retenção na fonte, a que se refere o *caput* do artigo 81, deve acontecer quando o serviço prestado pelo prestador do serviço, citado no inciso I do artigo 80, referir-se aos subitens previstos no inciso II do artigo 6º da Lei Complementar Nacional 116, de 2003.

Art. 82. Serão aplicadas as penalidades cabíveis, conforme legislação tributária de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, quando as pessoas citadas nos incisos II e III do artigo 80 não fizerem a retenção na fonte prevista no artigo 81.

TÍTULO IV
Dos Serviços Disponíveis na Internet (*Web Services*)

Art. 83. As funcionalidades e o funcionamento do *Web Service*, o método de acesso e a utilização pelos contribuintes, tomadores, intermediários ou responsáveis tributários, o uso do certificado digital, padrão ICP-Brasil, e os padrões de comunicação, *layout* e conteúdo do arquivo *XML (Extensible Markup Language)* serão disciplinados em regulamento próprio.

TÍTULO V
Das Sanções Administrativas

Art. 84. Serão aplicadas as sanções administrativas previstas na lei complementar 3.548/2013, aos contribuintes, aos responsáveis tributários, aos tomadores e aos intermediários de serviços, conforme o caso, que por determinação da lei:

- I** – Não fizerem a emissão da Nota Fiscal de Serviço;
- II** – Não fizerem a emissão do Recibo Provisório de Serviços (RPS);
- III** – Não fizerem a substituição do RPS por Nota Fiscal no prazo determinado pela legislação;
- IV** – Fizeram a substituição do RPS por Nota Fiscal após o prazo determinado pela legislação;
- V** – Não fizeram a correta identificação do tomador e/ou intermediário de serviços, salvo as exceções expressas neste decreto;
- VI** – Não fizeram a identificação dos serviços executados subitem a subitem constante na lista de serviços;
- VII** – Fizeram a identificação dos serviços executados consolidando subitens de gêneros diversos em único subitem;
- VIII** – Fizeram dedução de valores na Base de Cálculo em mais de uma Nota Fiscal enquanto deveria ter sido feita dedução somente em uma Nota Fiscal;
- IX** – Fizeram o preenchimento da Declaração Eletrônica do ISSQN de forma inexata ou incompleta ou inverídica;



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

X – Não fizeram a transmissão da Declaração Eletrônica nos prazos estabelecidos pela legislação;

XI – Destacaram a alíquota do ISSQN de forma indevida;

XII – Deixaram de cumprir com as obrigações tributárias contidas na legislação.

TÍTULO VI
Das Disposições Finais

Art. 85. As NFS-e e NFS-e Avulsas geradas e os demais documentos fiscais escriturados serão arquivados em meio digital, em banco de dados organizado e administrado pelo município, e estarão disponíveis para consulta aos contribuintes, tomadores, intermediários e responsáveis tributários, pelo período decadencial e prescricional, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional.

Art. 86. Os procedimentos para geração da NFS-e e NFS-e Avulsa e de declaração eletrônica do ISSQN, bem como o *lay-out* para integração do sistema de computador, instalado nas dependências do prestador, do tomador, do intermediário e do responsável tributário, com o sistema de ISSQN Eletrônico, estarão previstos em Portaria a ser publicada pela Administração Tributária e serão disponibilizadas no endereço <https://www.santoantoniodepadua.rj.gov.br>

Art. 87. O contribuinte, o tomador de serviços, o intermediário e o responsável tributário deverão manter em seus estabelecimentos, todos os contratos, documentos e informações fiscais, incluindo comprovantes de dedução da base de cálculo, protocolos de entrega e retenção na fonte, guias de recolhimento, referente as NFS-e e NFS-e Avulsas geradas e das declarações eletrônicas entregues, pelo prazo decadencial e prescricional, contados da data da sua geração e transmissão, devendo ser apresentadas à Administração Tributária quando solicitado.

Art. 88. Os contribuintes, os prestadores de serviços, os tomadores de serviços e os responsáveis tributários, em início de atividade posterior a publicação deste decreto, deverão atender a estes preceitos imediatamente, sendo vedada a utilização de outro meio não autorizado pela Administração Tributária.

Art. 89. Os contribuintes, os prestadores de serviços, os tomadores de serviços e os responsáveis tributários, que não cumprirem com os preceitos descritos no título II deste decreto e que conjuntamente tiverem tributos e multas vencidos e não pagos estarão impedidos de receber qualquer quantia que tiverem com a Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, nos termos da lei complementar 3.548/2013.

Parágrafo único. Não se aplica o previsto no *caput* deste artigo quando houver recursos administrativo e/ou judicial, sobre o qual ainda seja possível o ingresso de alegações e contestações.

Art. 90. A Prefeitura de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, disponibilizará ambiente de testes a todos os contabilistas, prestadores, tomadores, intermediários de serviços e responsáveis tributários para que o utilizem no período de migração para a metodologia descrita neste decreto.

§1º - O ambiente de testes poderá ser usado, por um período de até 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da solicitação de acesso.



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

§2º - Vencido o período citado no §1º deste artigo o acesso ao ambiente de testes será revogado.

Art. 91. É de responsabilidade dos contabilistas, dos prestadores, dos responsáveis tributários e dos tomadores a correta manutenção e conservação dos seus hardwares, software e internet, mantendo-os devidamente atualizados, protegidos contra vírus, invasões e uso por pessoas não autorizadas, devendo, se necessário, contratar empresas especializadas para atender os requisitos de segurança.

Art. 92. Este Decreto Entrará em vigor 30 (dias) após sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, 15 de agosto de 2017.

Josias Quintal de Oliveira
Prefeito



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

ANEXO I do Decreto 085/2017
Do Modelo do Recibo Provisório de Prestação de Serviços

Recibo Provisório de Serviços – RPS

Dados do Prestador					
Data do Serviço			Natureza da Operação		
Local da Prestação do Serviço					
Estado		Município			
Dados do Tomador do Serviço					
CPF/CNPJ		Inscrição Estadual		Inscrição Municipal	
Nome / Razão Social					
Endereço (Rua e Número)			Complemento do Endereço		Bairro
CEP	Município e UF		Telefone(s)		
Dados do Intermediário do Serviço					
CPF/CNPJ			Inscrição Municipal		
Nome / Razão Social					
Dados da Prestação do Serviço					
Item da Lista	Descrição do Serviço Prestado	Valor Total do Serviço	Aliquota	Retido? S/N	No e Série do RPS
Outros Valores					
PIS		INSS		COFINS	
IR		Outras Retenções		Deduções (*)	
CSLL		Desconto Condicionado		Desconto Incondicionado (*)	
<ul style="list-style-type: none">▪ NÃO VÁLIDO COMO DOCUMENTO FISCAL.▪ Documento de uso exclusivo aos Prestadores obrigados a emitirem a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.▪ Este documento deve ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e no prazo estabelecido em decreto municipal.					

Natureza da Operação: 1-Tributado no Município 2-Tributado fora do Município 3-Isenção 4-Imune
AIDF Nº: _____ Data: ____/____/____ Qt. Impressão: _____ a _____ Nº de Vias: _____



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

ANEXO II do Decreto 085/2017

Tabela de Natureza Jurídica em conformidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil

Código	Natureza Jurídica
1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
101-5	Órgão Público do Poder Executivo Federal
102-3	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal
103-1	Órgão Público do Poder Executivo Municipal
104-0	Órgão Público do Poder Legislativo Federal
105-8	Órgão Público do Poder Legislativo Estadual ou do Distrito Federal
106-6	Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
107-4	Órgão Público do Poder Judiciário Federal
108-2	Órgão Público do Poder Judiciário Estadual
110-4	Autarquia Federal
111-2	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal
112-0	Autarquia Municipal
113-9	Fundação Federal
114-7	Fundação Estadual ou do Distrito Federal
115-5	Fundação Municipal
116-3	Órgão Público Autônomo Federal
117-1	Órgão Público Autônomo Estadual ou do Distrito Federal
118-0	Órgão Público Autônomo Municipal
119-8	Comissão Polinacional
120-1	Fundo Público
121-0	Associação Pública
2. ENTIDADES EMPRESARIAIS	
201-1	Empresa Pública



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

203-8	Sociedade de Economia Mista
204-6	Sociedade Anônima Aberta
205-4	Sociedade Anônima Fechada
Código	Natureza Jurídica
206-2	Sociedade Empresária Limitada
207-0	Sociedade Empresária em Nome Coletivo
208-9	Sociedade Empresária em Comandita Simples
209-7	Sociedade Empresária em Comandita por Ações
212-7	Sociedade em Conta de Participação
213-5	Empresário (Individual)
214-3	Cooperativa
215-1	Consórcio de Sociedades
216-0	Grupo de Sociedades
217-8	Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira
219-4	Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira
221-6	Empresa Domiciliada no Exterior
222-4	Clube/Fundo de Investimento
223-2	Sociedade Simples Pura
224-0	Sociedade Simples Limitada
225-9	Sociedade Simples em Nome Coletivo
226-7	Sociedade Simples em Comandita Simples
227-5	Empresa Binacional
228-3	Consórcio de Empregadores
229-1	Consórcio Simples
230-5	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
231-3	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)
3. ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Pádua
Gabinete do Prefeito

303-4	Serviço Notarial e Registral (Cartório)
306-9	Fundação Privada
307-7	Serviço Social Autônomo
308-5	Condomínio Edifício
310-7	Comissão de Conciliação Prévia
311-5	Entidade de Mediação e Arbitragem
Código	Natureza Jurídica
312-3	Partido Político
313-1	Entidade Sindical
320-4	Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras
321-2	Fundação ou Associação domiciliada no exterior
322-0	Organização Religiosa
323-9	Comunidade Indígena
324-7	Fundo Privado
399-9	Associação Privada
4. PESSOAS FÍSICAS	
401-4	Empresa Individual Imobiliária
408-1	Contribuinte Individual
409-0	Candidato a Cargo Político Eletivo
5. INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	
501-0	Organização Internacional
502-9	Representação Diplomática Estrangeira
503-7	Outras Instituições Extraterritoriais